

Ministro acha que acordo com credor sairá em 3 meses

O GLOBO
14 JAN 1988
Sinda 487

SÃO PAULO — O Brasil deverá fechar acordo com os bancos credores sobre o pagamento dos juros da dívida externa relativos a 1988/89 nos próximos três meses. A informação foi transmitida ontem cedo pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, durante reunião com as lideranças do setor financeiro na sede da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), conforme revelou após o encontro o Presidente da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Ney Castro Alves.

Ao classificar de visita de cortesia o seu encontro com os banqueiros e dirigentes da área de mercado de capitais, Mailson disse que o objetivo da reunião foi o de quebrar as expectativas pessimistas sobre o comportamento da economia brasileira por parte dos empresários, permitindo que o setor privado retome o fluxo de investimentos. O Ministro garantiu que na sua gestão não haverá choques bruscos na economia, bem como de que criará condições para que o Brasil normalize, a curto prazo, as suas relações com a comunidade financeira internacional.

As posições do Ministro da Fazenda foram aplaudidas pelos banquei-

ros no fim da reunião. O Presidente da Febraban, Antônio de Pádua Rocha Diniz, disse que, nos poucos dias em que Mailson assumiu o Ministério, já desfez as expectativas pessimistas dos empresários. "Sem dúvida, houve uma inflexão na curva de pessimismo com que vinha trabalhando o setor privado para este ano", disse Diniz. A mesma opinião manifestou o Presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes de Abreu. Segundo ele, o Ministro transmitiu grande segurança ao garantir que não fará novos choques bem como ao se mostrar favorável à volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Sobre a pressão dos bancos credores, que estão exigindo o pagamento dos juros da dívida externa relativos a janeiro de 1988, o Ministro da Fazenda disse que o Governo brasileiro está disposto a pagar, mas em condições a serem negociadas com os bancos. Segundo ele, o ponto básico é que os credores concordam em refinanciar algo em torno de 60% do total dos juros a serem pagos pelo País este ano. Em contrapartida, o Brasil se comprometeria a desembolsar os outros 40%.